

Justiça não ouvirá Cardoso sobre máquina

■ Corregedor dispensa depoimento por achar que não há fato novo. PT e PSDB fazem acordo para que candidatos não deponham

Luiz Antônio — 21/9/94

BRASÍLIA — O vice-procurador eleitoral, Antônio Fernando Barros, desistiu de convocar Fernando Henrique Cardoso para depor no inquérito sobre uso da máquina federal em favor de sua candidatura à Presidência. A decisão terminou resultando num acordo entre os advogados do tucano e do petista Luiz Inácio Lula da Silva, que garantiu a não-convocação dos dois. Os dois candidatos prestariam depoimento na segunda-feira, na Corregedoria Geral Eleitoral.

Barros nega que tenha participado do acordo e explica que sua decisão se baseou no fato de que Cardoso é acusado de ser beneficiado pelo governo federal e não da



Scartezini convocou Ricupero para novo depoimento, segunda-feira

autoria de qualquer fato que demonstre o uso da máquina a seu favor.

O vice-procurador vislumbra as circunstâncias do depoimento: "Eu perguntaria a ele (Cardoso) se ele está sendo beneficiado. Ele, naturalmente, diria que não. Ora, o Ministério Público Eleitoral não quer ouvir opinião, quer provas." Para Barros, como nenhuma das defesas encaminhadas ao TSE contém novos elementos que pudessem justificar o testemunho do candidato tucano, era melhor dispensá-lo agora "do que correr atrás de Fernando Henrique depois".

Costura — O acordo entre

PSDB e PT começou a ser costurado na terça-feira, quando o ex-ministro Rubens Ricupero prestou esclarecimentos ao corregedor-geral eleitoral, Cid Fláquer Scartezini, sobre sua entrevista ao repórter Carlos Monforte. Na ocasião, os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh, do PT, e Reginaldo Oscar de Castro, do PSDB, conversaram nos corredores do TSE, em busca de um acordo para evitar o previsível desgaste político que os depoimentos representariam para os dois adversários.

Castro soube, ainda na terça, que o vice-procurador eleitoral dispensaria o testemunho de Cardoso. Greenhalgh, que até então se recu-

sava a fazer acordo, voltou atrás na quarta, quando obteve a informação sobre a não-convocação de Cardoso.

A partir daí, a assessoria jurídica tucana partiu para uma ofensiva junto ao governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, que entra com ação no TSE acusando Lula de calúnia por ter denunciado o uso da máquina no comício de Cardoso realizado em Brasília, no início do mês.

Um assessor de Cardoso garante que o acordo foi então fechado e que Roriz concordou em retirar a queixa contra Lula, que seria ouvido na segunda-feira.